

## A espacialização da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica

**Adriano Bittencourt Andrade**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA

[abittandrade@terra.com.br](mailto:abittandrade@terra.com.br)

### RESUMO

Este artigo se lastreia na pesquisa histórica, notadamente na cartografia, para fundamentar argumentações acerca da constituição e dinâmica da rede urbana do Recôncavo baiano no século XVIII. Defende a hipótese que nos Setecentos o fato urbano ficou mais evidente com a constituição das vilas e a própria região se densificou demograficamente, além de ampliar e diversificar o uso do seu espaço, estabelecendo-se, paulatinamente, uma incipiente rede urbana que articulava vilas, povoações e a cidade-capital internamente e com o restante do mundo português. Os fluxos circulavam por vias flúvio-marítimas e caminhos/estradas terrestre e tinham nos engenhos, sedes de freguesias e pontos nós da malha que era comandada pelas nascentes formações urbanas. Pretende-se neste escrito identificar a dinâmica e concretude da rede urbana no espaço do Recôncavo baiano através da visualização cartográfica dos elementos e ações dos agentes que a constituíam. Parte-se para isso do entendimento de que a ação social se materializa em formas concretas e estas, por sua essência, são passíveis de reprodução em escala. Utilizou-se como metodologia, após o estabelecimento do recorte têmporo-espacial para a imprecisa região do Recôncavo baiano, a identificação da base cartográfica histórica em arquivos nacionais (Salvador e Rio de Janeiro) e portugueses (Exército, Marinha, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, além de outros particulares) e o trato, com base em dados mais recentes, dos “desencontros” de informações entre os mapas históricos pesquisados. À luz dessa base histórica, iluminou-se em seis mapas de síntese, elementos de análise que, inicialmente isolados e depois em conjunto, permitissem visualizar e lançar novos olhares sobre a constituição da rede naquele tempo e espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cartografia Histórica. Rede urbana. Recôncavo baiano. Século XVIII.

O escrito que segue se lastreia na pesquisa histórica para fundamentar argumentações acerca da constituição e dinâmica da rede urbana do Recôncavo baiano no século XVIII. Além de incorporar a pesquisa documental, já em fase avançada, mas ainda em curso, e o próprio diálogo com outros autores, prioriza-se aqui a contribuição da cartografia histórica para a análise espacial do objeto. Nesse sentido, acompanhando ABREU (2005) e VASCONCELOS (1999), ratifica-se a importância deste instrumento para o entendimento da dinâmica e estrutura de um espaço em tempos pretéritos. Não obstante todas as ressalvas, abaixo perfiladas, sobre intencionalidades, equívocos e limites técnicos, a construção de mapas por viajantes, cartógrafos oficiais, militares ou por artistas revela, em escala variada, como que a atividade social repercutia espacialmente. A cartografia histórica substitui, esclarece e, por vezes, ocupa lacunas de entendimento não elucidadas pela pesquisa em outras fontes documentais.

Conforme sugerido alhures, este artigo traz como recorte têmporo-espacial o Recôncavo baiano Setecentista. Uma região que desde os primórdios da coloniza o das terras americanas pela Coroa portuguesa se constituiu numa nodalidade que combinava, no seu conjunto (Salvador, baia de Todos os Santos e terras do Recôncavo), um proficuo espaço de consumo de escravos africanos e produ o canvieira e fumageira. Essa atividade comercial que refletiu decisivamente na dinâmica espacial intra-regional se conjugava com outras fun es da cidade-capital e seu entorno a exemplo da administrativa e defensiva da fortaleza de Salvador e do estratégico entreposto de águas calmas para fragatas que se aventuravam no périplo africano e outras rotas marítimas (ver Figura 1).

Acredita-se que, no século XVIII, quando o fato urbano ficou mais evidente com a constitui o das vilas e a própria região se densificou demograficamente além de ampliar e diversificar o uso do seu espaço, estabeleceu-se, paulatinamente, uma incipiente rede urbana que articulava vilas, povoa es e cidade-capital internamente e com o restante do mundo português. Os fluxos circulavam por vias fl vio-marítimas e caminhos/estradas terrestre e tinham nos engenhos e pousos nós da malha que era comandada pelas nascentes forma es urbanas.

O axioma de uma rede dendrítica que escoava produ o do Recôncavo baiano para o restante do mundo português através do porto de Salvador   reproduzido em diversos trabalhos que, de forma genérica - CORRÊA (2006), GEIGER (1963), SANTOS (1960) - ou específica - SCHWARTZ (1988), BARICKMAN (2003), NARDI (1996) - retratam os elementos que constituíam esta dita rede. Entretanto, algumas questões centrais permanecem sem esclarecimento, a exemplo de como que se espacializava concretamente na região os fluxos que circulavam pela malha reticular, bem como quais os agentes e articula es internas que eram comandadas pelas incipientes forma es urbanas. Foram esses problemas que estimularam a produ o da cartografia e texto que segue.

Busca-se em síntese identificar a dinâmica e concretude da rede urbana no espaço do Recôncavo baiano através da visualiza o cartográfica dos elementos e a es dos agentes que a constituíam. Parte-se para isso do entendimento de que a a o social se materializa em formas concretas e estas, por sua essência, são passíveis de reprodu o em escala.

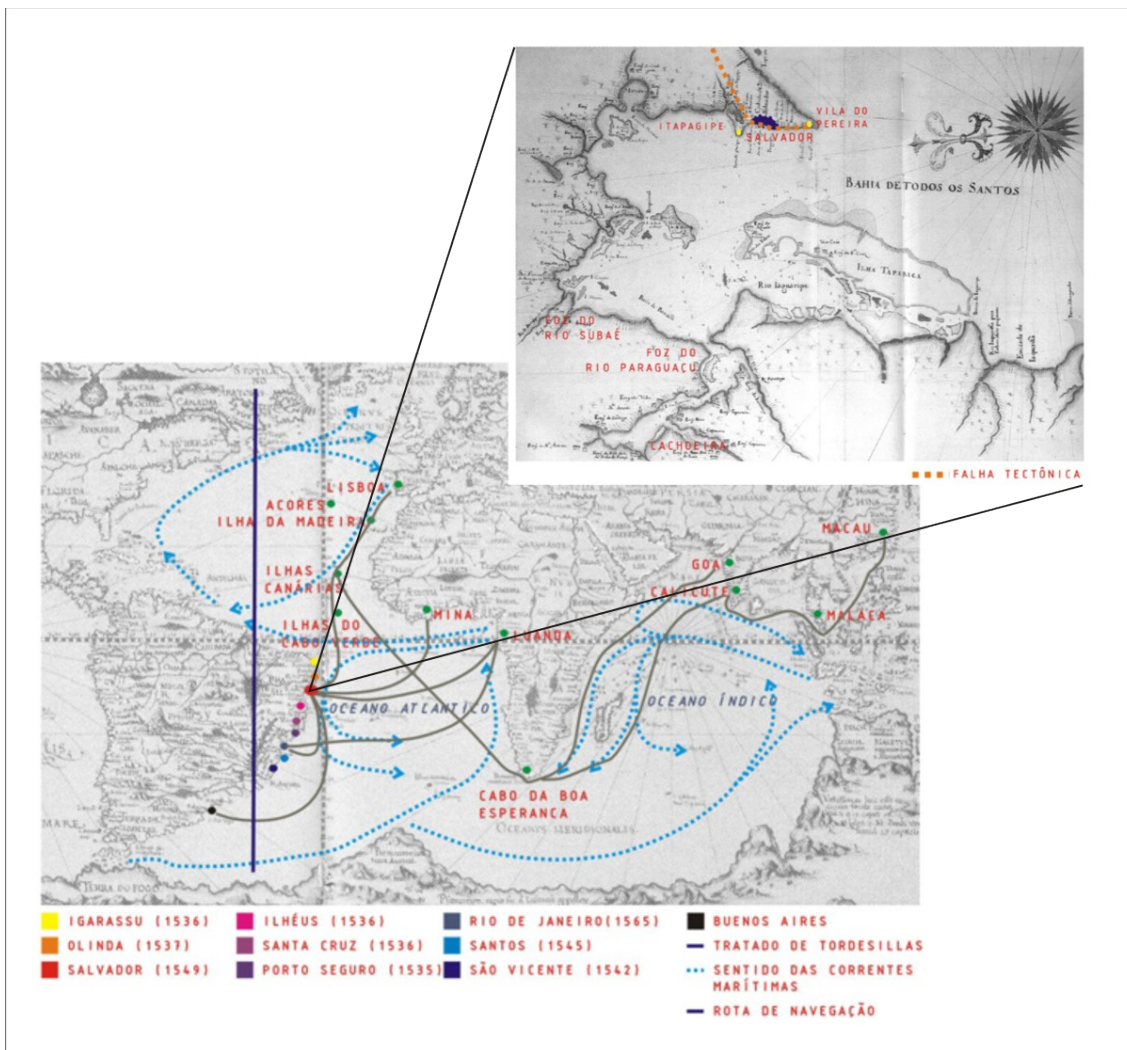


Figura 1 – O Recôncavo no mundo colonial português.

Fonte: [http://www.atlas.ufba.br/atlas\\_2004\\_2/adriano\\_mila\\_carolina/index.htm](http://www.atlas.ufba.br/atlas_2004_2/adriano_mila_carolina/index.htm)

Utilizou-se como metodologia: (1) o estabelecimento do recorte espacial: o Recôncavo baiano em dois planos, o de uma região mais ampla que envolvia os termos da cidade e cinco vilas constituídas no primeiro quartel dos Setecentos e, numa escala maior, o plano do entorno imediato da baía de Todos os Santos, área mais densamente ocupada. (2) A precisão do período de análise da rede e constituição da cartografia; como o recorte temporal do objeto é o século XVIII, toda a documentação deste longo período interessava *a priori*, entretanto, para a construção da cartografia de síntese que segue no desenvolvimento desse artigo, utilizou-se, pela maior disponibilidade e riqueza de informações, a cartografia histórica do final do século XVIII e início do XIX, considerando que os fenômenos espaciais possuem relativa inércia e que dinâmicas anteriores eram cartografadas e só divulgadas anos após. (3) A escolha dos mapas-base, conforme escrito acima, revelam o espaço do final dos setecentos, entretanto, ainda que digam respeito ao mesmo período e região, nem todas as informações são consensuais, assim, nos casos em que houve desencontros na toponímia, na localização e/ou no traçado de um rio ou caminho, priorizou-se a informação que prevalecia em outros mapas, mesmo que de períodos posteriores.

À luz desses critérios metodológicos e de uma base cartográfica histórica de 16 mapas (perfilados nas referências), procurou-se iluminar na região, elementos de análise que, inicialmente isolados e depois em

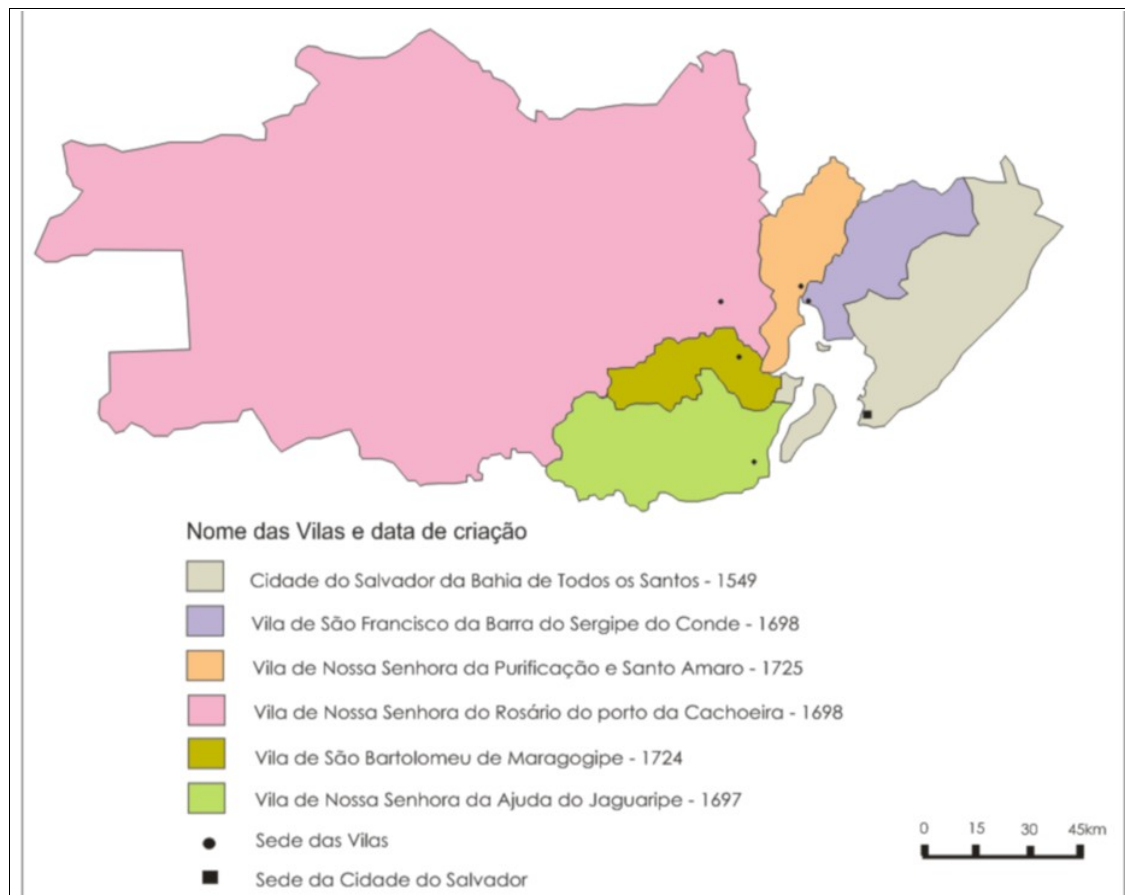
conjunto, permitissem alcançar os objetivos postos para o trabalho aqui apresentado, assim, ver-se-á no texto a seguir seções com mapas e análises sobre: as Vilas e seus Termos, a hidrografia e relevo, os caminhos e estradas, as freguesias e capelas e os engenhos e lavouras. Na seção conclusiva dois mapas de síntese combinam, em diferentes escalas, as informações coletadas e trabalhadas no desenvolvimento do artigo.

Ressalva-se que há uma diversidade de documentos cartográficos para o período selecionado que menciona, retrata ou detalha o Recôncavo baiano. A combinação desses dados para a produção de novos mapas exige opções acerca da escala de análise e, conseqüentemente, do que se priorizará no desenho. A riqueza de detalhes da grande escala atrai pela aproximação com o espaço cartografado, entretanto torna-se “miope” para revelar dinâmicas que vão além do foco local. Os riscos da ampliação escalar também estão relacionados ao limite do que se desenhar, devido à riqueza de objetos visíveis e/ou passíveis de identificação em outras fontes documentais, pode-se cair na “armadilha” de um mapa ilegível pela quantidade de informações ou tão grande quanto a realidade, como alerta COSTA (2007).

## **I - A CIDADE E AS VILAS COM SEUS TERMOS NO RECÔNCAVO BAIANO DE 1727**

Essa primeira seção é basilar pois remete a um recorte mais amplo para o que se chama de Recôncavo baiano (ver Figura 2), tomando-se como referência o ano de 1727 visto que até aí houve a emancipação das vilas da região no período colonial, procurou-se, à luz da documentação disponível, resgatar o vasto espaço dos termos que compunham as ditas vilas do entorno imediato da baía de Todos os Santos.

Até o fim do primeiro quartel do século XVIII, além da cidade de Salvador, havia seis formações urbanas elevadas à vila – Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe (1697), São Francisco da Barra de Sergipe do Conde e Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (ambas em 1698), São Bartolomeu de Maragogipe (1724) e Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro (1727) – todas com localização estratégica junto à baía e com importantes portos marítimos ou fluviais que centralizavam a ocupação e viabilizavam o contato da área produtora com o porto exportador de Salvador. Mais que isso, essas nascentes formações urbanas se constituíam em chaves para a ocupação, regulação e uso do território interior, visto que, antecedendo a sua localização estratégica estavam engenhos, pousos, fazendas, capelas, freguesias e outras povoações que produziram, como se verá, uma densa rede relativa aquele tempo e espaço; essas próprias vilas decorrem do ato político de emancipação de uma dessas povoações pré-existentes.



**Figura 2 – Cidade e Vilas no Recôncavo baiano em 1725**

Fonte: SEI (2003) - Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

O fato político da emancipação gerava uma dinâmica interna nova e consolidava hierarquias antigas à rede existente. As novas vilas advinham de sedes de freguesias implantadas ao longo dos séculos XVI e XVII, bem como, conforme escrito alhures, de portos da malha flúvio-marítima (ver Figura 3) que cruzava o Recôncavo baiano, o *status* de vila, entretanto, aliava a essas funções pregressas uma nova centralidade política e com ela uma atratividade demográfica efetiva (funcionários que iriam compor os cargos oficiais da instituição política fundada) e transitória (senhores de engenhos que construía segunda moradia e moradores diversos dos termos que recorriam à Câmara para resolver pendências ou pleitear favores). As repercussões espaciais não são tão imediatas quanto o fato social, assim, se de início os impactos na construção urbana foram pequenos, paulatinamente, à medida da consolidação político-econômica das vilas, esses espaços foram adquirindo uma centralidade progressivamente maior e efetivamente comandando a rede urbana que se estabelecia.

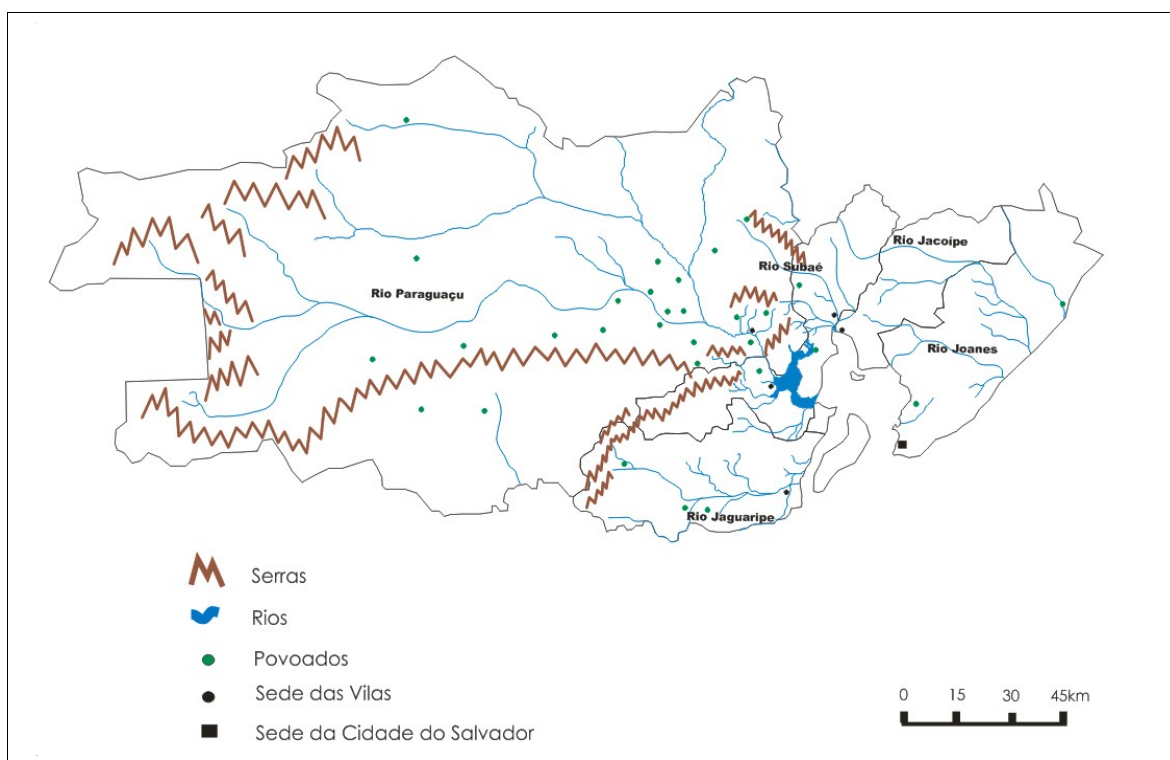
Essa centralidade, ao longo dos anos, especialmente no século XVIII, foi tomando formas concretas no meio urbano através do embelezamento dos edifícios pré-existentes, a exemplo das matrizes e da construção de novos equipamentos como os edifícios públicos, hospitais e sobrados. Ao final dos Setecentos, essas cinco formações urbanas, além da cidade de Salvador se constituía efetivamente como os principais nós políticos, econômicos e demográficos do interior da região. Cabe a ressalva que existiam outras povoações importantes por estarem próximo às áreas produtoras, por serem sedes de freguesias antigas e/ou outros portos interiores, a exemplo de Nazareth das Farinhas, Muritiba e São Thiago do Iguape, entretanto, todas elas, permaneciam

dependentes das vilas as quais estavam submetidas na tênue hierarquia urbana que se formava.

Ainda em relação à Figura 2, cabem duas informações complementares: primeiro que para além das sedes das vilas (pontos no espaço do município) as vastas áreas dos termos se prolongavam para os sertões<sup>1</sup> que, apesar do óbvio espaçamento na ocupação, como se verá a seguir, não se constituía necessariamente numa área anecúmena. Segundo, o recorte de 1727 impede que se vejam outras vilas emancipadas até o final do século XVIII: Vila Nova de Abrantes do Espírito Santo, desmembrada de Salvador na direção do litoral norte e Vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, em 1761, desmembrada de Cachoeira, uma ocupação interior que se configurava como um importante entreposto para os caminhos que seguiam às minas.

## II - A FORÇA DOS DOMÍNIOS FÍSICOS

O entendimento da importância da rede fluvial que deságua na baía de Todos os Santos para a ocupação e uso do Recôncavo baiano só é possível a partir do próprio entendimento do domínio técnico da época. O acesso fluvial era fundamental à interiorização do território colonial, seja pelo percurso do rio navegável, seja pela proximidade da fonte de água, de vida (alimentos) e demarcação do caminho a seguir. No caso do Recôncavo, essa importância se avolumou a partir da descoberta de terras férteis (massapé) para a lavoura canavieira. A sucessão de construções, povoamentos, engenhos, capelas ao longo dos primeiros séculos de colonização acompanhava o curso dos rios.



**Figura 3 – Hidrografia e serras no Recôncavo baiano**

Fonte: Cartografia histórica relacionada nas Referências  
Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

<sup>1</sup> Sertões aqui no sentido dado por AMADO (1995), como área desconhecida, espaço interior a ser desbravado e ocupado.

A extensa malha hidrográfica da região (conforme Figura 3) é muito mais densa no entorno da baía e se espalha pelo território à medida que segue à montante. Ela é formada por quatro bacias principais (Jaguaripe, Paraguaçu, Subaé e Jacoípe), além de uma série de outros rios menos extensos (Pirajá, Joanes e Tapera) ou que passam em parte pela região cartografada, a exemplo dos Rios Jequiriçá, ao sul, e Pojuca, ao norte.

Há um relevante papel dos rios que possuíam trechos navegáveis, especialmente aqueles que se conectavam à baía de Todos os Santos. Pelo volume d'água e disposição no relevo, os rios Jaguaripe ao sul, Paraguaçu no centro e Subaé ao norte assumiam essa posição de vetores de interiorização ao Recôncavo e conseqüentemente nos pontos finais da navegação desses cursos hídricos surgiram importantes entrepostos comerciais e posteriormente vilas da região: Jaguaripe/Nazaré, Cachoeira/São Félix e São Francisco do Conde/Santo Amaro, respectivamente.

Também merece destaque, pela ocupação pretérita e intenso uso do entorno, o conjunto hídrico que integrava o lagamar do Iguape e baía de Todos os Santos. Como se pode ver na Figura 3, de fato é um único conjunto flúvio-marítimo que, na foz do rio Paraguaçu, forma uma enseada dentro da baía ampliando as possibilidades de uso de terras litorâneas com o favorecimento interior de diversos pequenos cursos de água doce que depositam no Iguape. A confirmação do conhecimento e exploração dessas terras na orla do Iguape e baía aparece nas imagens mais antigas (século XVI e XVII) que, sem revelar ainda uma dinâmica interior, já cartografavam o dito conjunto e as primeiras ocupações que o circundavam.

Assim como era fundamental conhecer os cursos hídricos, também importante era saber sobre as barreiras orográficas. As serras constituíam impedimento ou óbices ao avanço para o interior, não obstante esse problema, as suas “gargantas” ou vales possibilitavam a continuidade dos caminhos. O registro desses levantamentos do relevo também está presente na cartografia histórica com destaque aos fragmentos da Chapada Diamantina no limite oeste da região, à Serra da Jibóia que acompanha o rio Paraguaçu, aos divisores de água da bacia do Subaé e Jaguaripe e de pequenos levantamentos que circundam o lagamar do Iguape. Diversos pousos, a exemplo de Pedra Branca, erguido a Vila em 1761, surgiram exatamente nos pontos de passagem pelas serras, a maioria, entretanto, surgia no “pé” da serra onde é facilitado o acesso e maior a disponibilidade de água e vida.

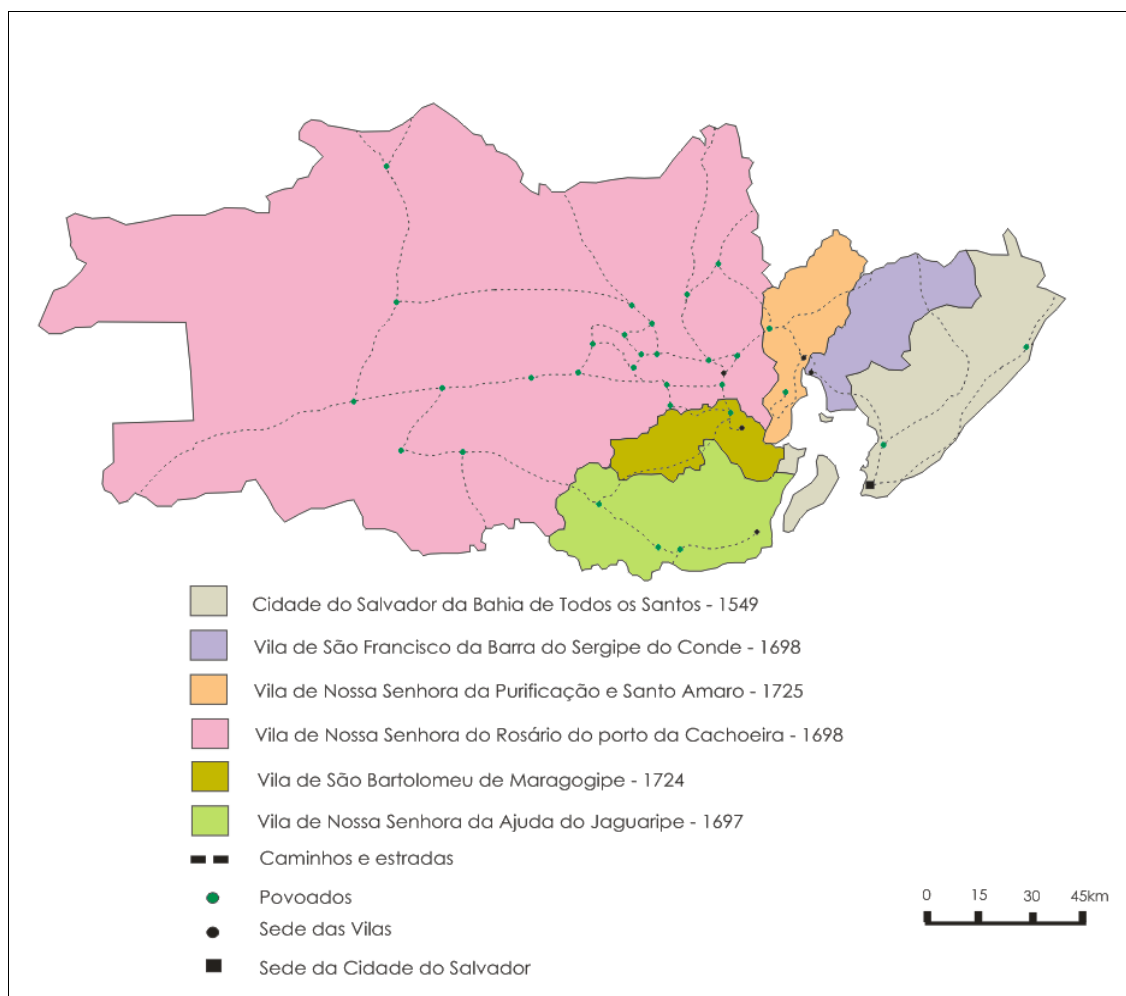
Nessa imagem da Figura 3 há a ausência de pequenos rios, alguns afluentes e rios temporários que a fonte histórica não apresentava ou que a escala adotada não permitia a cartografia, mas que enriquecem ainda mais a malha hídrica e faziam parte da dinâmica social de ocupação e uso da região. O pequeno distanciamento de pontos de povoamento do rio principal normalmente diz respeito a localizações próximas a esses pequenos veios hídricos.

### III - CAMINHOS E ESTRADAS

Há alguns trabalhos sobre os caminhos que articulavam as ocupações dispersas do Brasil colonial, com o foco na província da Bahia há escritos como o de FREIRE (1998) e, mais recentemente, a excelente coletânea de NEVES e MIGUEL (2007) que, recuperando textos históricos de cronistas e viajantes fazem uma análise combinada com outros documentos e apresentam uma obra que analisa e cartografa a dinâmica na ligação entre o litoral baiano e os sertões e minas. Esses trabalhos, por outro lado, não possuem foco na área mais

povoada e integrada do território: o Recôncavo baiano, que, conforme SANTOS (1960), formou a primeira rede urbana da colônia portuguesa nas Américas e, juntamente com a zona da mata pernambucana aglutinavam, antecipadamente ao restante do território, os núcleos de povoamento integrados por formações urbanas.

Na cartografia histórica há uma diversidade de referências a caminhos e estradas que cortavam a região, entretanto não se menciona quais os fluxos que circulavam por eles e muito menos a intensidade de circulação – uma lacuna a ser pesquisada.



**Figura 4 – A malha da rede do Recôncavo no século XVIII**

Fonte: Cartografia histórica relacionada nas Referências

Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

Algumas estradas são referidas com maior regularidade, são elas: a Estrada Real das Boyadas que possuía saídas de Salvador, Santo Amaro e Cachoeira e seguiam em direção ao norte e noroeste passando por povoados que ainda no século XVIII formavam freguesias ou foram elevados a vila, a exemplo da de São João Batista da Água Fria, em 1727, localizada ao norte da área cartografada na Figura 4. As “Estradas das Minas” representam um termo genérico que nomeavam vários caminhos que seguiam em direção às áreas mineradoras do interior do território colonial. Na Figura 4 ela se destaca do emaranhado de vias no entorno da baía de Todos os Santos e segue às margens do rio Paraguaçu em direção ao oeste.

Além dessas estradas principais, havia uma densa malha para aquele tempo histórico de caminhos terrestres que se coadunava com a rede flúvio-marítima do Recôncavo baiano e integravam a região com ligações entre as principais formações urbanas locais. Ainda que existissem pousos significativos mais ao interior, o comando da rede se dava pelos seus principais entrepostos: inegavelmente Salvador, pela alfândega, porto exportador, densidade demográfica e centralidade política e econômica, e, no interior da região, pelas vilas erigidas no entorno da baía, notadamente Santo Amaro, Cachoeira e Jaguaripe, pois se constituíam em pontos finais da navegação dos principais rios e concentravam funções políticas, produtivas (na hinterlândia imediata) e comerciais no controle dos fluxos que circulavam pela malha reticular.

É significativo notar, ainda na análise da Figura 4, a ligação direta entre as vilas do Recôncavo o que sugere passagem de fluxos por esses caminhos e a constituição de uma rede que ia além da ligação direta e irrestrita com a cidade-capital do outro lado da baía. Também merece ressalva que muitos desses caminhos se transformaram em vias rodoviárias no século XX ou simplesmente desapareceram diante a imposição de outras rotas.

#### IV - A IGREJA NA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: O CASO DO RECÔNCAVO BAIANO SETECENTISTA

Alguns autores<sup>2</sup> já destacaram como ação da Igreja se deu no ato colonizador e, especialmente, como ela se antecipava à Coroa. A definição de recortes territoriais pelo estabelecimento de freguesias e a arregimentação de fiéis junto a povoações ou engenhos com capelas e, de forma mais intensa, junto à Matriz, produzia uma malha reticular hierárquica que tomava o espaço de ocupação e uso antes mesmo do estabelecimento do recorte político-administrativo feito pela Coroa quando esta, somando forças ao estabelecimento eclesiástico, fundava vilas e estabelecia termos.

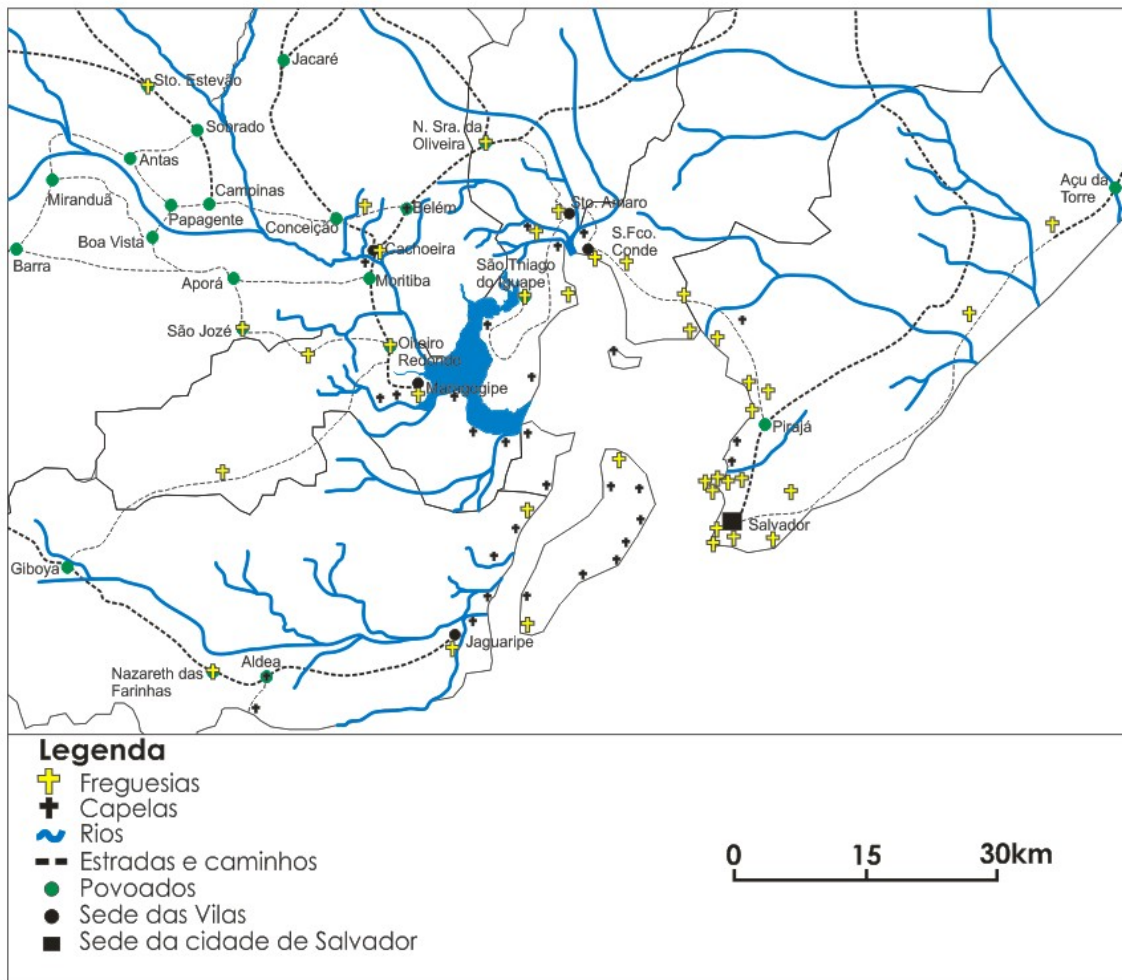
A edificação de seminários, conventos e, especialmente, capelas e matrizes nas sedes das freguesias era uma ação material que refletia concretamente as intencionalidades de ocupação do território colonial. O estabelecimento de uma nova freguesia significava ascender de posto uma dada comunidade/capela e assim produzir um novo recorte eclesiástico a ser administrado através do controle e captação dos fiéis, manutenção da “ordem” cristã e mesmo participação no desenho urbano que se produzia tendo como referência a Igreja Matriz e seu adro.

As capelas por outro lado, mais dispersas no território estavam normalmente ligados a outros pontos de povoamentos (engenhos, pousos, entrepostos, etc.) e, ligadas a uma freguesia/matriz realizavam o controle no também disperso espaço ocupado.

Na Figura 5 há uma tentativa de se cartografar exatamente o rebatimento espacial da ação da Igreja no Recôncavo baiano através da iluminação dos pontos onde se estabeleceram as freguesias e capelas. Pela densidade de informações e concentração nas áreas mais ocupadas priorizou-se o uso de uma escala maior que mostrasse o entorno imediato da baía de Todos os Santos. A manutenção dos rios e caminhos revela quão estratégica era a localização das matrizes e também dá pistas sobre a densidade do Recôncavo ao final do século XVIII.

---

<sup>2</sup> MAX (1989), FRIDMAN (1992), SILVA (2000), Ana COSTA (2007), dentre outros.



**Figura 5 – Freguesias e capelas no Recôncavo baiano setecentista**

Fonte: Cartografia histórica relacionada nas Referências

Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

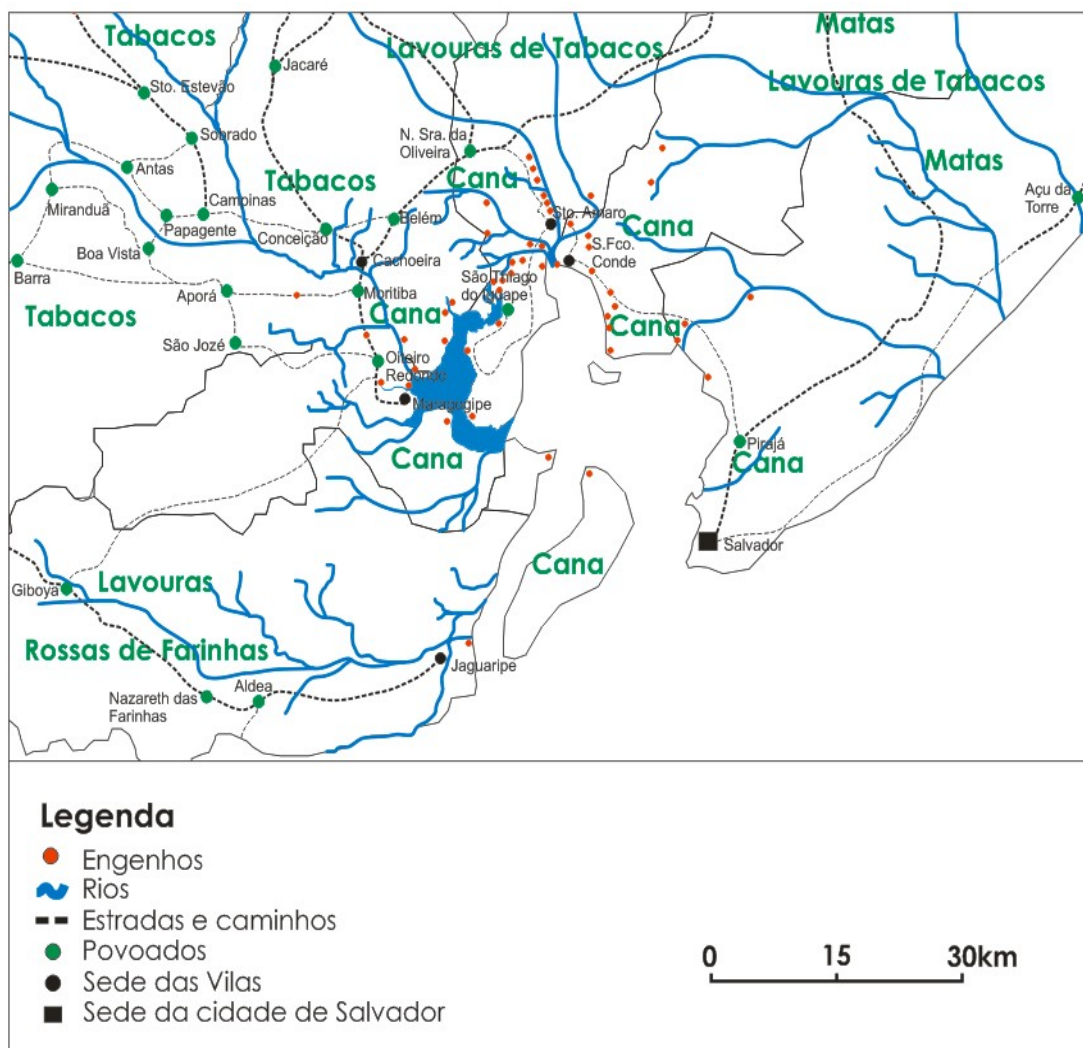
Essa imagem da Figura 5, ainda que esclarecedora, apresenta muitas lacunas de informação visto que são cartografadas 38 freguesias e AZEVEDO (1969, p.198) indica, em 1774, a existência de 43 para a região, sendo: dez na cidade de Salvador, dez no subúrbio, cinco em São Francisco do Conde, quatro em Santo Amaro, oito em Cachoeira, duas em Maragogipe e quatro em Jaguaripe. O número de capelas certamente excedia em muito as 31 cartografadas visto que nas sedes das freguesias existiam outras paróquias com as suas respectivas capelas e muitos engenhos, especialmente os maiores, também possuíam capelas anexas, também é pouco provável que nos povoados indicados na imagem acima não houvesse uma capela para o exercício das funções eclesíásticas. Essa Figura 5 entretanto deriva dos dados disponíveis na cartografia histórica consultada que abarca o período da segunda metade do século XVIII e início do XIX onde a escala regional e a quantidade de informações que elas apresentavam dispersavam o foco e não permitia uma revelação mais precisa deste evento aqui pontuado. Ratifica-se todavia que o cartograma apresentado teria uma malha muito mais densa com a representação de todas as instituições ligadas à Igreja.

## V - AGENTES PRIVADOS: ENGENHOS E LAVOURAS COMO NÓS DA REDE

A Figura 6 representa uma tentativa de cartografar as principais unidades produtivas do Recôncavo baiano no século XVIII e, de forma genérica, as lavouras predominantes por sub-regiões. Da mesma forma que a ressalva feita na seção anterior, em relação aos engenhos, foi possível localizar o que estava disponível como informação na cartografia histórica consultada (ver Referências), o que possivelmente perfaz apenas cerca de 20% das unidades existente visto que, segundo VILHENA (1969, p.174) havia 260 engenhos na região dos quais 50 foram identificados na referida figura. Por outro lado, considerando que havia grande diversidade quanto ao tamanho, força motriz, número de escravos e obras, acredita-se que os engenhos mapeados certamente eram os maiores e/ou de produção mais significativa a ponto de serem relacionados e até nomeados em alguns registros históricos.

A ação combinada da Coroa, Igreja e agentes privados (comerciantes e senhores de engenhos) foi fundamental para a colonização pretérita do Recôncavo baiano. O papel dos engenhos na ocupação e uso da região foi destacado, pois além da óbvia repercussão produtiva (necessidade de mão-de-obra, transformação técnica do espaço, ocupação material e pacificação do território), deu-se com as doações de terras em sesmarias, a imposição de produtividade e a construção/funcionamento dos engenhos e anexos (capela, casa grande, senzala, áreas produtivas) uma nova dinâmica social regional hierarquizada pelo poder político-econômico exercido pelos senhores de engenhos. Uma dinâmica dispersa no espaço, mas que tinha como principais palcos de representações ou os próprios engenhos através dos contatos estabelecidos pelos caminhos que os conectava ou, onde era mais evidente, os “cenários” urbanos (vilas e cidade) onde a força desses agentes ganhava representação em formas (sobrados, construção e embelezamento de edifícios públicos ou eclesiásticos).

Há uma clara concentração dos engenhos, especialmente os maiores movidos pela força hídrica e chamados de Engenhos Reais, na área canavieira do entorno imediato do complexo lagamar do Iguape e baía de Todos os Santos. À medida do afastamento desta área surgiam os engenhos menores e engenhocas, muitos sem capacidade de produzir o açúcar. As demais lavouras, ainda que genericamente localizadas, estavam associadas no conjunto produtivo regional. O tabaco nos tabuleiros produzia o fumo que era exportado diretamente para os portos europeus e americanos e, o de pior qualidade, utilizado como moeda de troca por negros escravizados na costa africana. Das matas se retirava a madeira necessária à construção de embarcações e, principalmente, utilizada para o funcionamento dos engenhos; há vários registros documentais de pleitos de senhores de engenhos para ampliarem suas sesmarias em área de mata sob o risco de diminuição da produção pela falta de madeira. A farinha de mandioca, produzida no Recôncavo Sul tinha uma clara função de subsistência e compunha parte decisiva da base alimentar tanto no meio urbano como rural. Ela, bem como as roças (não cartografadas), e o que aparece com o genérico termo de “lavouras” atendiam à demanda alimentícia de toda a região e a concentração produtiva no sul pressupõe comercialização e trocas, especialmente junto às vilas e cidade que, por concepção dependiam de produção externa.



**Figura 6 – Engenhos e lavouras do Recôncavo baiano setecentista**

Fonte: Cartografia histórica relacionada nas Referências

Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

Acredita-se que essas trocas produtivas eram realizadas em feiras livres, entretanto a pesquisa documental ainda não revelou esse fato. O registro que há é dos armazéns e do comércio de secos e molhados que existia nas zonas comerciais das vilas. Essa possível comercialização alimentícia, a crescente concentração demográfica das vilas e a existência de caminhos e vias fluviais que interligavam as principais formações urbanas são indícios fortes da configuração dessa rede regional.

## VI - O EXERCÍCIO DA SÍNTESE

Nessas considerações finais, conforme anunciado anteriormente, fez-se, à luz da cartografia histórica, análises integradas em mapas sínteses. O risco que se impunha nesse tipo de exercício é o de povoar a cartografia com tal gama de informações que a sua leitura seja prejudicada, por outro lado, os mapas de síntese possibilitam uma visão integrada do conjunto dos elementos que compõem uma dada dinâmica sócio-espacial. A visão isolada desses elementos possui o ganho do foco, entretanto perde-se na noção de conjunto.

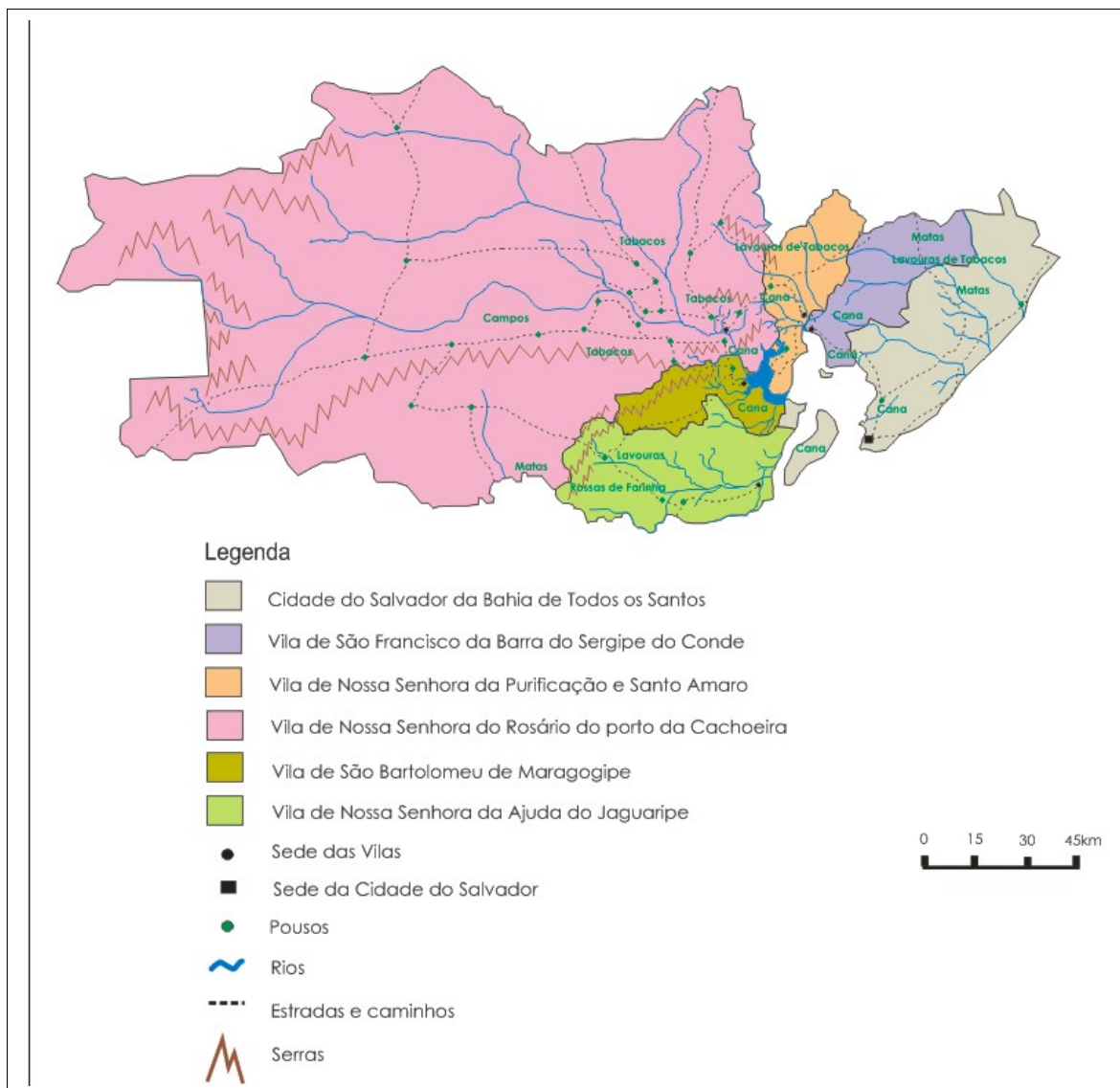
A opção escalar, como sempre, privilegia determinados fenômenos em detrimento a outros, assim, objetivando resgatar todos os elementos cartografados, fez-se dois mapas sínteses: o primeiro com o recorte espacial dos termos das vilas e cidade fundadas até o primeiro quartel do século XVIII no Recôncavo baiano, o segundo com o foco na área mais densamente ocupada no entorno da baía de Todos os Santos.

A Figura 7 mostra num único cartograma o limite dos termos das vilas e cidade de Salvador e as suas sedes (núcleos urbanos politicamente formados), a malha hidrográfica regional, os principais levantamentos orográficos, as lavouras predominantes, os caminhos e estradas e os principais pousos indicados na cartografia histórica até o final dos setecentos.

É possível verificar que o acesso facilitado e as condições naturais que favoreceram a produção canvieira levaram a uma maior densidade de ocupação e uso do território no entorno da baía, fenômeno que vai se dispersando com o afastamento. Os povoamentos interiores são regulados pelos domínios físicos (relevo e rios) que induziram a produção das estradas e caminhos.

Nesse sentido a hidrografia exerceu função prioritária na região, seja pela elevação das principais formações urbanas ao longo ou no limite dos trechos navegáveis dos principais rios, seja pela ocupação na orla dos cursos d'água que por motivos supra-citados eram determinantes no traçado dos caminhos interiores.

O comando da rede era inquestionavelmente exercido pela cidade-capital, entretanto essa Figura 7 dá uma noção exata que o emaranhado de vias que cruzava a região, antes de aportar definitivamente em Salvador para a atividade alfandegária e portuária de exportação, passava pelas vilas do Recôncavo o que certamente produzia um relevante movimento sócio-econômico, especialmente nas faixas portuárias/comerciais desses núcleos urbanos. Da mesma forma acontecia com o percurso inverso: mercadorias dos portos mundiais que primeiro chegavam a Salvador e posteriormente eram distribuídas pelo território do Recôncavo (engenhos, povoados, pousos e destinos interiores – minas e sertões) através dos portos flúvio-marítimos das vilas locais.



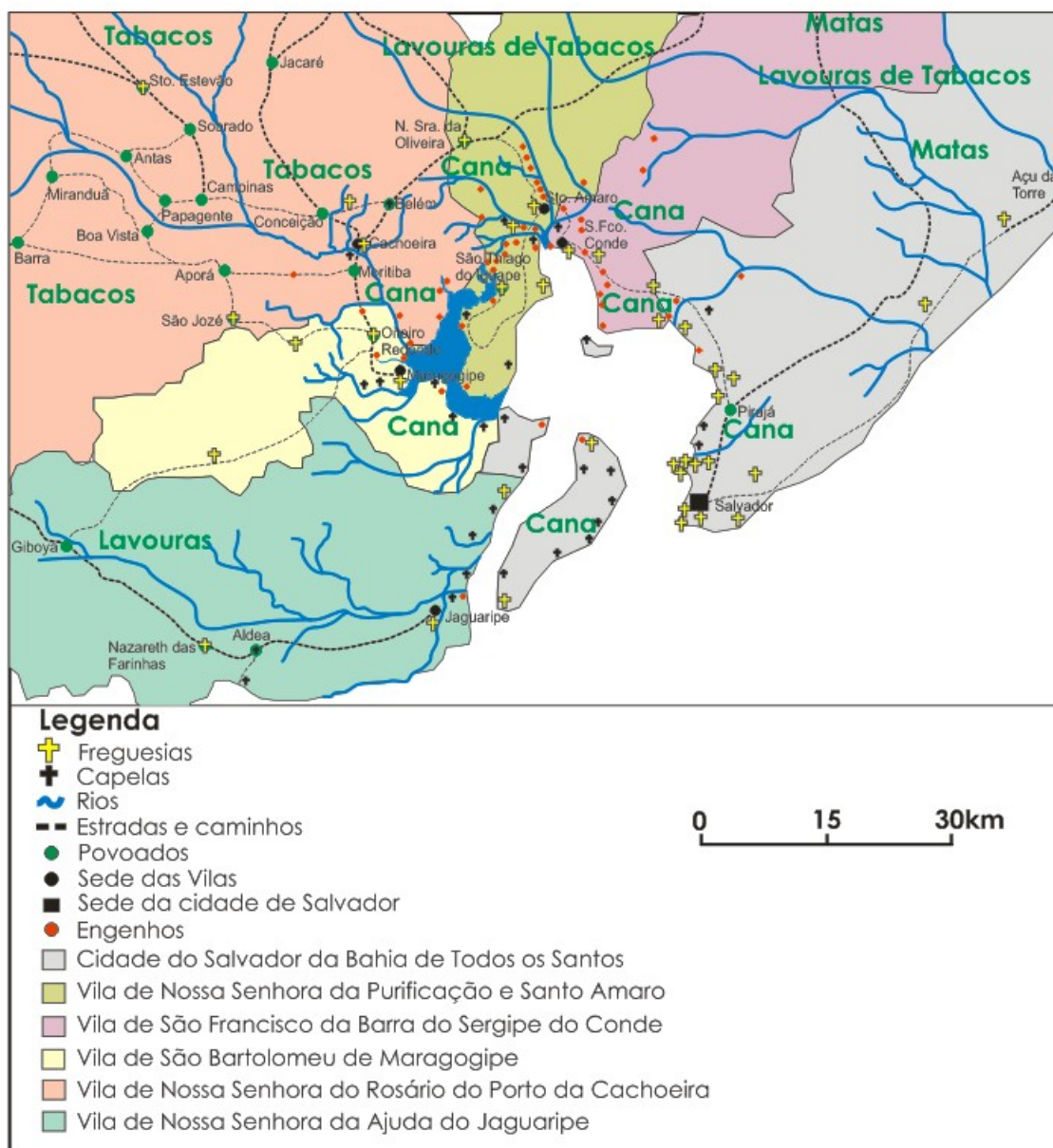
**Figura 7 – A rede urbana do Recôncavo Baiano Setecentista**

Fonte: Cartografia histórica relacionada nas Referências

Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

Na Figura 8, numa escala maior, foi possível combinar informações sobre a cidade e as vilas com suas sedes, a hidrografia, lavouras, pousos com toponímia, engenhos, freguesias e capelas, além dos caminhos e estradas que cruzavam a região cartografada. A articulação interna entre vilas, engenhos, pousos e povoados fica evidente, diversos caminhos correm paralelamente ou se entrecruzando engolfando o entorno do lagamar do Iguape e baía de Todos os Santos.

A ação integrada da Igreja e dos agentes privados (notadamente os engenhos), já comentada anteriormente, aparece nessa cartografia, assim é possível visualizar a localização estratégica de ambos junto às áreas de melhor acesso e, decorrente da ação dos dois, essas também eram as áreas de mais densa ocupação demográfica e produtiva. Esses dois agentes combinavam o *status* hierárquico e o poder econômico dos senhores de engenho com o poder sócio-político-territorial da Igreja e, não por um acaso, as principais formações urbanas locais surgiram, nessa região, como resultado de uma ocupação pretérita dos ditos agentes.



**Figura 8 – A rede urbana do Recôncavo baiano Setecentista com foco no entorno da baía de Todos os Santos**

Fonte: Cartografia histórica relacionada nas Referências

Elaboração: Adriano Bittencourt Andrade

A visualização da rede urbana através das imagens com base na cartografia histórica elucidou uma série de dúvidas produzidas pela visão com um foco estreito sobre o conjunto da região; exceto por SANTOS (1960) que o faz de forma abrangente, outros autores priorizaram um determinado aspecto (produtivo – cana, farinha, fumo –, arquitetônico, etc.) em detrimento ao entendimento da rede. Este trabalho, se por um lado apresenta essa perspectiva de análise regional, por outro, possui algumas brechas decorrentes da imprecisão na cartografia histórica em relação ao traçado de rios e caminhos e mesmo ausência de dados como engenhos, povoados, freguesias e capelas.

A escassez de fontes bem como a imprecisão e intencionalidade dos mapas históricos são obstáculos para análises como a aqui desenvolvida, apesar disso, acredita-se que há avanços para o entendimento da incipiente rede urbana que articulava o Recôncavo baiano no século XVIII. Entretanto, tem-se clareza que algumas questões centrais precisam ser elucidadas/pesquisadas, a exemplo:

- (1) A necessidade de precisar o que se chama de urbano para aquele tempo e espaço, ainda que já se tenha escrito sobre essa temática, é fundamental esclarecer o papel das formações urbanas como chaves de controle de um vasto território e que elas possuíam uma tipologia típica de serviços e uma frágil centralidade político-administrativa.
- (2) A busca pela revelação da rede urbana, visto que a configuração de outras malhas reticulares já está evidente. O diálogo com outros autores sobre o conceito e a aplicação ao objeto de estudo à luz de dados concretos da pesquisa documental que indicam a dinâmica espacial do Recôncavo Setecentista reforçam os indícios da incipiente rede que se estruturava naquele espaço-tempo.
- (3) Nenhuma rede se configura apenas pela existência de pontos nodais e eixos/caminhos de ligação, assim é fundamental precisar quais os fluxos que circulavam pela rede e em que intensidade e direção eles se davam. Esse é um passo decisivo para a caracterização da rede, especialmente para a rede urbana que se pretende comprovar existência no século XVIII.
- (4) A indicação de alguns acontecimentos na região pode elucidar como que eventos regulares produziam centralidade/atratividade para as formações urbanas estudadas, a exemplo das feiras livres, talvez a pesquisa documental possa apresentar essa ou outras atividades regulares que sugerem dinâmica sócio-espacial.

Essas questões são estímulos à continuidade da pesquisa, todavia, com os passos dados pode-se ratificar que e a rede urbana do Recôncavo baiano Setecentista apresenta sinais evidentes da sua tênue configuração no início do século e um processo contínuo de densificação, proporcional à própria importância gradual das formações urbanas ao final do século XVIII.

## VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida, Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: Mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI, *Cidades: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos*, v.2, n.4. São Paulo: Gráfica Provo, jun.-dez. 2005, p.189-220.
- AMADO, Janaina (1995), Região, Sertão, Nação, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.ol. 8, n.15, 1995, p.145-151.
- BARICKMAN, Bert Jude (2003), *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, Roberto L. (2006), *Estudos sobre a rede urbana*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da, A Igreja Católica e a configuração dos espaços físicos dos núcleos urbanos coloniais brasileiros. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, Ano IV, [número especial]. Salvador: FAUFBA: EDUFBA, 2007, p. 33-47.
- COSTA, Francisco de Assis da, Atlas Histórico de Cidades: a cidade como objeto de investigação,. In: *Cadernos PPG-AU /FAUFBA*, Ano IV, [número especial]. Salvador: FAUFBA: EDUFBA, 2007, p. 19-29.
- FREIRE, Felisbello (1998), *História territorial do Brasil. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)*, Ed. fac-similar. v.1. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998, v.1( Ed. fac-similar).

- FRIDMAN, Fania; & RAMOS, Carlos Alexandre, A história da propriedade da terra no Brasil, in: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.), 1992, *Cidade & História*, Salvador, UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 187-196.
- GEIGER, Pedro Pinchas (1963), *Evolução da rede urbana brasileira*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais / Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos / Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- MAPOTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Baya de todos os Santos mit alle fenn Kercken unde rensseren. Eygent luck Anget deckt em und verzeichnet.. ARC.026,01,011. Século XVII.
- MAPOTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. A Baya de Todos os Santos he o Porto principal e cabeça do Estado do Brasil. [Por João Teixeira Albernaz I, cosmógrafo de Sua Magestade]. ARC.021,06,044. 1642.
- MAPOTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Nova charta do recôncavo marítimo da enseada da Bahia de Todos os Santos e parte da Costa do oceano brazilico.... [Por Antonio Pires da Silva] ARC.002,10,019. 1800.
- MAPOTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Carta hydrografica da Bahia de Todos os Santos, compreendido e recôncavo da Capital da Província do mesmo nome... ARC.010,12,022. s/d [1831-1849].
- MAPOTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Mappa do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. [Levantado por Von Busch e Weyl e dedicado a Ilustre Assembléa Legislativa da Província da Bahia, por João Diogo Sturz]. ARC.007,04,024 ex.1. 1836.
- MAPOTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Carta do Recôncavo da Bahia. [org. Theodoro Fernandes Sampaio]. Escala 1:250.000. ARC.003,13,012. 1899.
- MAPOTECA DO ARQUIVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Mapa da comarca da Bahia de Todos os Santos sua divisão desde o rio Jiquiriça até o rio Real pela parte do Norte. ARC.004,03,012. 17(..).
- MAPOTECA DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Planta Topográfica da Bahia de Todos os Santos na qual está cituada a cidade de S. Salvador. Referência 02.03.319. 1771.
- MAPOTECA DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Nova Carta do Recôncavo Marítimo da Enseada da Bahia de Todos os Santos. Referência 23.01.3096. 1800.
- MAPOTECA DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Plano hydrográfico da Bahia de Todos os Santos. Referência 02.02.262. 1803.
- MAPOTECA DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Continuação da Comarca da Bahia para a parte do poente. Referência 02.02.264. 1807.
- MAPOTECA DO ITAMARATY. Bahia de Todos os Santos. Referência 250. 1666.
- MAPOTECA DO ITAMARATY. A Sua Alteza Real o Príncipe do Brazil... . Referência 22. Inventário 2624 MID G133.1798.
- MAPOTECA DO ITAMARATY. Carta hytopográfica da Comarca da Bahia\_Sua divisão he do Jiquiriça athe o Rio Real pela parte do Norte. Referência 260. Inventário 628. 1807.
- MAPOTECA DO ITAMARATY. Entrada da Bahia de Todos os Santos. [Cópia do mapa de 1810 do Coronel Serra]. Referência 776.26a. Inventário 200. 1810.
- MAX, Murilo (1989), *Nosso chão: do sagrado ao profano*, São Paulo, EDUSP Brasiliense, 1989 (Brasiliense).
- NARDI, Jean Baptiste (1996), *O fumo brasileiro no período colonial*, São Paulo, Brasiliense, 1996.
- NEVES, Erivaldo Fagundes; & MIGUEL, Antonieta (2007), *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*, Salvador, Editora Arcádia, 2007.
- SANTOS, Milton (1960), *A Rede Urbana do Recôncavo*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia e Universidade Federal da Bahia, 1960.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1988), *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura T. Motta. ,São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Cândido da Costa e (2000), *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA.
- SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) (2003), *Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: Um breve histórico*, Salvador, SEI, 2003 (CD Room).
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida, Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica in VASCONCELOS, P. de A.; SILVA, S. B. de M. (org.) (2005), *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*, Salvador, UFBA/Mestrado em Geografia. 1999, p.191-201.
- VILHENA, Luis dos Santos (1969), *A Bahia no Século XVIII*. v. 1, Salvador, Editora Itapuã, 1969, v.1.